

19. Transferência de competências em matéria de ação social - apoios diretos a pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa a apoios diretos a pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social, tudo de acordo com a documentação em anexo.

Assunto: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE AÇÃO SOCIAL
Apoios diretos a pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social

PROPOSTA:

Considerando que:

- A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passou a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 03 de abril de 2023, assegurar o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social e a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Relativamente ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
- Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências;
- Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, o Município de Braga pode celebrar parcerias com entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
- Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a Câmara Municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas, o que concretizou a partir de 03 de abril de 2023;
- Compete à Câmara Municipal, conforme disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, nas condições constantes de regulamento municipal;
- Foi iniciado um procedimento regulamentar de modo a garantir que os munícipes em situação de maior vulnerabilidade social ou de carência pontual tenham acesso a um sistema de apoio célere e eficaz, com medidas de emergência que permitam evitar a rutura social dos cidadãos e das suas

famílias, mobilizando, para o efeito, recursos e sinergias locais, com vista a que se constitua como um instrumento fundamental no quadro do combate à pobreza e a todas as formas de exclusão;

- Até que esteja concluído o procedimento regulamentar, impõe-se, no imediato, implementar procedimentos de trabalho, transversais, ágeis e suficientemente flexíveis, que permitam, por um lado, assegurar, em tempo útil, reposta célere aos cidadãos, e, por outro lado, assegurar o cumprimento do quadro legal vigente, razão pela qual foi criado um procedimento de trabalho para esta finalidade, em anexo, além do recurso aos fundos de maneoio para aquisição de bens e serviços em situações urgentes e inadiáveis, conforme deliberação da câmara municipal;

- A necessidade de dar resposta aos cidadãos enquadrados neste contexto económico e social urgente e excecional, não é compatível com o tempo e o formalismo subjacente ao processo de deliberação do órgão executivo, razão pela qual, o procedimento de trabalho proposto prevê a possibilidade do Presidente da Câmara, verificados que estão os requisitos da urgência, praticar atos da competência desta, submetendo os mesmos a posterior ratificação da Câmara Municipal, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.


Deste modo, proponho que a Ex.ma. Vereadora Carla Sepúlveda, em caso de acolhimento, remeta para conhecimento e aprovação da Câmara Municipal o procedimento de trabalho criado para os munícipes em situação de maior vulnerabilidade social ou de carência pontual tenham acesso a um sistema de apoio célere e eficaz, com medidas de emergência que permitam evitar a rutura social dos cidadãos e das suas famílias.

À consideração superior.

O Chefe de Divisão

Anexos:

- **Procedimento de trabalho (Apoios Sociais Diretos)**
- **Comprovativos de despesas efetuadas**

	PROCEDIMENTO DE TRABALHO Apoio Social Direto	Procedimento de Trabalho:	PT – CMB - 28
		Revisão:	02
		Data de aprovação:	19/06/2023
		Nível de Classificação:	Interno

1. OBJETIVO

Este procedimento pretende estabelecer e articular, no âmbito das atribuições transferidas para o município no domínio da ação social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na qual prevê em sede de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), a atribuição de prestações de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO

O procedimento aplica-se aos apoios de caráter eventual, excecional e temporários, atribuídos diretamente ao município, para compensar encargos urgentes relativos a questões de saúde, educação, habitação, alimentação e transportes, após a análise e enquadramento da situação por parte da Divisão de Coesão Social e Solidariedade (DECS – DCSS).

3. RESPONSABILIDADES E MODOS DE PROCEDER

3.1. Identificação e análise da necessidade de apoio social

O apoio é registado, enquadrado e fundamentado pelos técnicos dos SAAS na plataforma ASIP. Posteriormente é analisada e aprovada pelos coordenadores na plataforma WebSISS. A DECS – DCSS procede à análise e aprovação, se aplicável. Em situação de aprovação, é extraída da plataforma a informação exclusivamente necessária para efeitos de pagamento, sendo preenchido na gestão documental, o modelo de informação - Apoio Social Direto, com os seguintes dados: nome do utente, morada, número de identificação fiscal, número de processo, número de apoio, identificação do tipo de apoio, breve fundamentação, valor, IBAN, referência da (s) despesa (s) e respetivo comprovativo em formato digital (se aplicável).

3.2. Pagamento do apoio social


3.2.1. Modalidade de pagamento – através da Divisão de Contabilidade

A DECS – DCSS solicita, via gestão documental, o pagamento à Divisão de Contabilidade (DMG-DCF-DC), nomeadamente DMG-DCF-DC-APOIO SOCIAL DIRETO.

A DMG-DCF-DC-APOIO SOCIAL DIRETO, assegura a regularidade financeira, emite a ordem de pagamento e solicita autorização para pagamento ao Sr. Presidente. Após aprovação do Sr. Presidente, a ordem de pagamento é enviada para a Tesouraria, que procede ao pagamento no imediato, ou no dia útil seguinte. A DMG-DCF-DC arquiva o pedido, com conhecimento à DECS – DCSS.

No caso, do utente não possuir IBAN o pagamento é realizado ao próprio no Serviço de Tesouraria Municipal (DMG-DCF-DC-STM).

No caso, em que não seja recomendado efetuar o pagamento diretamente ao beneficiário, o mesmo deverá indicar alguém ou entidade que o represente.

	PROCEDIMENTO DE TRABALHO Apoio Social Direto	Procedimento de Trabalho:	PT – CMB - 28
		Revisão:	02
		Data de aprovação:	19/06/2023
		Nível de Classificação:	Interno

3.2.2. Modalidade de pagamento – através do fundo de maneo

No caso, em tem que ser satisfeita a necessidade no momento, a despesa é paga diretamente pelo detentor do fundo de maneo da DECS – DCSS.

3.3. Ratificação do apoio social pago

A DECS – DCSS remete à reunião de câmara seguinte para ratificação, todos os processos de pagamento dos apoios sociais.

DOCUMENTOS RELACIONADOS		
Código Doc	Descrição	Dono

LISTA DE REVISÕES EFETUADAS		
Data	Revisão n.º	Descrição da Revisão
18/05/2023	00	Versão inicial
31/05/2023	01	Inclusão do ponto 3.3.
19/06/2023	02	Inclusão dos pontos 3.2.1. e 3.2.2.

APROVAÇÃO DO DOCUMENTO					
Elaborado	Data	Revisto	Data	Aprovado	Data
DCSS	maio/2023	DECS	19/06/2023	GVCS	19/06/2023

GESTÃO APOIOS ECONÓMICOS_ SAAS_CMB

PROCESSO FAMILIAR	APOIO ECONÓMICO					ANO : 2023		
N.º Processo	N.º Apoio	Valor	Data Proposta	Finalidade/s	Rúbrica	Pago a		ESTADO
20079192	202319304	41,64 €	03-05-2023	Medicação	Fundo Maneio	Farmácia Loureiro Basto		Terminado
201234717	202319306	52,32 €	03-05-2023	Medicação	Fundo Maneio	Farmácia Lima		Terminado
201216092	202320011	3,21 €	08-05-2023	Apoio para aquisição de medicação		Farmácia Pinheiro		Terminado
201030470	201123385	15,95 €	08-05-2023	Apoio para aquisição de medicação		Farmácia Pinheiro		Terminado
201711606	202320668	19,98 €	12-05-2023	Medicação	1	Farmácia de Lamações		Terminado
2014615	202320669	27,53 €	12-05-2023	Medicação	1	Farmácia de Lamações		Terminado
201156619	202320754	41,02 €	12-05-2023	Apoio para aquisição de medicação		Farmácia Pinheiro		Terminado
20079192	202321602	41,64 €	22-05-2023	Medicação	Fundo Maneio	Farmácia Loureiro Basto		Terminado
20171759	202321627	89,64 €	22-05-2023	Medicação	Fundo Maneio	Farmácia Alvim		Terminado
202312129	202321875	352,00 €	24-05-2023	Óculos	Fundo Maneio	Multiopticas		Terminado
201532397	202322521	7,96 €	29-05-2023	Medicação	Numerário	Cruz Vermelha Portuguesa - Del.Braga		
201830109	202321591	98,85 €	22-05-2023	Medicação	1	Farmácia Martins		Aprovado

TOTAL 791,74 €

GESTÃO APOIOS ECONÓMICOS_ SAAS_CMB

CESSO FAM	APOIO ECONÓMICO					ANO : 2023		
N.º Processo	N.º Apoio	Valor	Data Proposta	Finalidade/s	Rúbrica	Pago a		ESTADO
201321627	202321715	306,00 €	23-05-2023	Apoio para pagamento de renda		InBragaHostel		Terminado
S/PF		25,00 €		Viagem para Lisboa (bilhete de autocarro)	Numerário	Cruz Vermelha Portuguesa - Del.Braga		

TOTAL 331,00 €

GESTÃO APOIOS ECONÓMICOS_ SAAS B CMB

PROCESSO FAMILIAR		APOIO ECONÓMICO					ANO : 2023 ABRIL MAIO		
N.º Processo	Titular	N.º Apoio	Valor	Data Proposta	Finalidade/s	Rúbrica	Pago a		ESTADO
		202322186	80,00 €	25-05-2023	Alojamento	FUNDO DE MANEIO	SAAS CUNHA	Satélite	TERMINADO
		202321771	30,00 €	17-05-2023	Alojamnto de emergência em Hostel Dans L'Atelier	FUNDO DE MANEIO	SAAS SANTA CASA	Dans L'Atelier	TERMINADO
Sem PF			9,60 €	15-05-2023	Viagem de Ida para Valença/ Rede Expresso	FUNDO DE MANEIO	SAAS Santa Casa	Transde v	TERMINADO

TOTAL 119,60 €

GESTÃO APOIOS ECONÓMICOS_ SAAS B CMB

PROCESSO FAMILIAR		APOIO ECONÓMICO					ANO : 2023 ABRIL MAIO		
N.º Processo	Titular	N.º Apoio	Valor	Data Proposta	Finalida de/s	Rúbrica	Pago a		ESTADO
		202318832	67,19 €	27-04-2023	MEDICA ÇÃO	FUNDO DE MANEIO	SAAS	Farmácia Pimentel	TERMINADO
		202318815	43,81 €	27-04-2023	MEDICA ÇÃO	FUNDO DE MANEIO	SAAS	Farmácia Pimentel	TERMINADO
		202318791	34,53 €	27-04-2023	MEDICA ÇÃO	FUNDO DE MANEIO	SAAS CUNHA	Farmácia Oliveira	TERMINADO
		202323074	46,18 €	19.05.2023	MEDICA ÇÃO	FUNDO DE MANEIO	SAAS	Farmácia Pimentel	TERMINADO
		202322218	15,00 €	25-05-2023	Alimenta ção	FUNDO DE MANEIO	SAAS CUNHA	Satélite	TERMINADO

TOTAL 206,71 €